

POR TEMER SE TRATAR DE MANOBRA PARA O ASSASSINAR

Anibalzinho teve medo de fugir

ALVARITO DE CARVALHO

Aníbal dos Santos Júnior (Anibalzinho), condenado a trinta anos de cadeia em conexão com o assassinato do jornalista Carlos Cardoso, teve medo de escapular das celas do Comando da Cidade porque suspeitou que fosse parte das manobras para o silenciar. Esta informação foi-nos segredada por uma fonte policial que nos confidenciou ainda que Anibalzinho não viu com bons olhos a facilidade criada para se escapular do comando.

"Tudo havia sido previamente planeado para que a fuga de Anibalzinho não falhasse", reafirmou a fonte para, em seguida, estranhar o facto de as autoridades policiais terem descoberto a fuga de seis presumíveis cadastrados nas primeiras horas de terça-feira, apesar de estas fugas terem iniciado na noite de sábado com a fuga de dois reclusos, tendo o sétimo cadastrado sido recapturado quando tentava fugir da cela, segunda-feira.

Paradoxalmente e contrariando o espectáculo folclórico que caracterizou as anteriores fugas do "mecânico do Alto-Maé", o Comando-Geral da Polícia da República ainda não criou uma comissão de inquérito para investigar as passeatas dos seis reclusos.

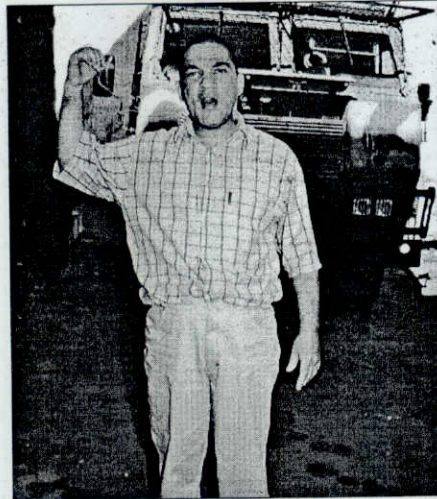
De recordar que as autoridades policiais da cidade e província de Maputo decidiram unilateralmente activar os calabouços do Comando da PRM para encarcerar supostos perigosos cadastrados alegando tratar-se de "lugar bastante seguro" em relação à catalogada Cadeia de Máxima Segu-

rança da Machava (BO).

Num passado recente, o trio criminoso constituído por Anibalzinho, Custódio Luís de Jesus (Todinho) e Samuel Nhare (Samito) evadiram-se em plena luz do dia do Comando da PRM em Maputo, local onde se encontravam encarcerados em celas separadas.

Enquanto Anibalzinho encontra-se encarcerado no âmbito do "caso Cardoso", Todinho e o empresário Bernardo Timana se encontravam sob custódia policial implicados na morte do antigo director da Cadeia Central, Miguel Jorge Microsse.

Samito, perigoso cadastrado implicado nos crimes de homicídio, roubo e assalto a instituições bancárias, fora acusado de ser cúmplice principal de Agostinho Chauque, o criminoso mais procurado pela Polícia moçambicana nos últimos anos, entretan-



to abatido.

Um dia antes da fuga dos três cadastrados foi disseminada por escrito uma informação que reportava a apreensão de diversos instrumentos metálicos. Na ocasião, a comissão de inquérito, nomeada pelo ministro do Interior, José Pacheco, integrava três

quadros e foi chefiada pelo então director nacional da Polícia de Investigação Criminal, Carlos Comé.

Os resultados da aludida comissão de inquérito constataram que o comandante da cidade, o director da Ordem e Segurança Pública (assassinado em Dezembro de 2008), o

chefe das Operações, o chefe do Departamento de Protecção e o chefe das Celas não tomaram quaisquer medidas tendentes a reduzir o risco de fuga, apesar de terem tomado conhecimento por escrito de estarem em curso actos preparatórios para a fuga dos três criminosos.

"Porém, a direcção do Comando da PRM na Cidade de Maputo, segundo o relatório, não valorizou estes factos, o buraco não foi tapado e nem foi reportado no relatório de ocorrências diárias, como se impunha".

O documento refere que os membros do Comando da PRM na Cidade de Maputo estiveram nas instalações nos dias 6 e 7 de Dezembro e não tomaram medidas preventivas e nem emitiram instruções para evitar a fuga, por já existirem sinais da sua efectivação.

Após a alegada fuga

dos três criminosos, o ministro do Interior ordenou a detenção dos sete membros da PRM que compunham o turno de guarnição no dia da ocorrência e a cessação de funções dos quadros de direcção do Comando da Cidade, nomeadamente o respectivo comandante José Tomás, o chefe do Departamento de Protecção, Clemente Nhacula, o chefe do Departamento de Operações na Direcção da Ordem e Segurança Pública naquela instância policial, William Faife Tivane, e o chefe das Celas, Jorge Torreza.

Face às evidências de negligência da direcção do Comando da Cidade, constatadas pela comissão de inquérito, o ministro decidiu instaurar processos criminais contra José Tomás, Clemente Nhacula, William Tivane, Jorge Torreza, e ainda o Adjunto de Superintendente da Polícia, Jorge Manuel Correia.

Na sequência dos factos foi decidida igualmente a restituição à liberdade dos seis guardas da Polícia detidos em conexão com a fuga, "por não se provar o seu envolvimento nos preparativos e na execução da fuga".

DURANTE A VISITA DE GUEBUZA A SUA SEDE

Rio Tinto garante sucesso em Tete

O Director Executivo da Rio Tinto, Doug Ritchie, garantiu ao Governo moçambicano que a sua companhia possui capacidade técnica e financeira para implementar, com sucesso, o projecto de carvão na província de Tete.

A garantia foi dada ontem, ao Presidente Armando Guebuza, durante uma visita que o estadista efectuou às infra-estruturas de minério de ferro da multinacional anglo-australiana, Rio Tinto, na região de Karratha, que dista cerca de 1300 quilómetros da cidade de Perth, na Austrália

Occidental.

Segundo Doug Ritchie, a Rio Tinto é um dos poucos grupos no mundo com capacidade, valores e incentivos para desenvolver projectos com rapidez e com um padrão de classe mundial.

Refira-se que o grupo assumiu recentemente o

controlo total da Riversdale após a aquisição das participações detidas pela empresa indiana Tata, accedendo, assim, às enormes reservas de carvão que a empresa explora em Tete.

"A sua visita é muito importante para nós, visto que a Rio Tinto deseja construir uma empresa de carvão grande, rentável e de classe mundial em Moçambique. Na sequência da nossa aquisição, este ano, do património da anterior empresa de mineração de carvão Riversdale, ambicionamos desenvolver o mesmo para maximizar o

valor económico", disse o responsável da Rio Tinto, falando durante a apresentação das actividades daquela empresa.

Na ocasião, observou que para o sucesso do projecto será necessário realizar grandes investimentos, sobretudo na área de infra-estruturas e cumprimento integral do seu cronograma de trabalhos.

Segundo Ritchie, quanto maior for a eficiência e produtividade das operações, maior será o valor do património que a Rio Tinto irá criar em Moçambique.

"Estamos à busca de colaboração do Governo moçambicano, porque serão fundamentais cronogramas de desenvolvimento curtos para a maximização do seu valor económico.

Ele manifestou a vontade de trabalhar com as autoridades moçambicanas para assegurar que a infra-estrutura e os resultados a ela associados estejam alinhadas com as necessidades da empresa, com os objectivos de desenvolvimento sustentável e com os planos estratégicos do Governo de Moçam-

bique.

Por seu turno, o director executivo da Rio Tinto Coal Mozambique, Eric Finlayson, reconheceu as enormes potencialidades de carvão em Moçambique, indicando que este país pode tornar-se num dos maiores produtores mundiais de carvão mineral.

Contudo, é necessário combinar o potencial existente com investimentos massivos em infra-estruturas, tais como ferrovias, portos, estradas e eventualmente transporte fluvial. (AIM/Noticias)